

MEMÓRIA E DISCURSO INSTITUCIONAIS:

o caso de uma Instituição de Ensino Superior.

Carmen Irene Correia de Oliveira¹

Resumo: O presente trabalho constitui pesquisa de mestrado já concluída e procurar apresentar o processo de construção de memória e identidade de uma Instituição de Ensino Superior, considerando dois recortes temporais relacionados à sua trajetória: 1969-1979, período que vai do seu surgimento, como Federação de Escolas Isoladas, até a sua ascensão à Universidade; 1999, quando comemora 30 anos. Optamos por trabalhar com a produção discursiva oficial utilizando como fontes documentais atas e outros registros destes períodos. A abordagem analítica da Análise do Discurso, que considera o ideológico nas manifestações discursivas, e a problematização das relações entre memória, identidade e documento conduziram o estudo que procurou focalizar a produções de sentidos no discurso oficial que constituíssem o engendramento/fortalecimento de imagens para esta Instituição. A análise apontou para a formação de três imagens, nos dois períodos, que constituíram parte de projetos identitários arquitetados para esta Universidade.

Palavras-chave: memória institucional – identidade – discurso

Grupo Temático: Informação e Sociedade/Ação Cultural

INTRODUÇÃO

Abordar a memória de uma instituição não é tarefa fácil. Primeiro, porque devemos delimitar com exatidão de qual memória estamos falando. A memória, em sua dinâmica de construção, trabalhando com o esquecimento e a lembrança, e aplicada ao contexto institucional nos força a investigar os elementos constitutivos da própria instituição, pelo viés discursivo, opção por nós adotada. Segundo, porque a definição do que é uma instituição também dirige nossos esforços. E, finalmente, com a instância discursiva o problema não é diferente. Dessa forma, podemos apontar três grandes conceitos teóricos que estruturam nossa investigação acerca da memória institucional de uma Instituição de Ensino Superior: a Universidade do Rio de Janeiro. Esta pesquisa constituiu o nosso projeto de mestrado, concluído recentemente.

O presente trabalho objetiva mostrar como, em determinados períodos de sua

¹ Mestre em Memória Social e Documento (UNIRIO) – Assistente Coordenadoria de Educação a Distância (UNIRIO). irencor@ibest.com.br; irencor@brfree.com.br

trajetória, esta Instituição construiu, discursivamente, algumas imagens que sustentaram projetos identitários. Tais períodos foram delimitados em função da própria história da Instituição: 1º) Seu início como FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS FEDERAIS ISOLADAS DO ESTADO DA GUANABARA de 1969 a 1979; 2º) Seus 30 anos em 1999.

A opção teórico-metodológica recaiu sobre a Análise do Discurso da Escola Francesa. As fontes foram constituídas pelas atas dos Conselhos Superiores da Instituição durante esse período e demais produções oficiais (relatórios, projetos, etc.), de diferentes períodos, adotadas com o objetivo de subsidiar as análises da documentação principal.

QUESTÕES CONCEITUAIS: memória, discurso, identidade

A questão da memória institucional, na área da ciência da informação, já fôra abordada por Costa², que nos mostra como aquela se constituiu em um jogo de informações que se constrói em práticas discursivas dinâmicas.

Na verdade, tanto instituição, quanto memória, discurso e identidade foram abordados neste trabalho como eventos dinâmicos, em construção. Tal dinamismo responde a demandas sócio-políticas específicas, revelando que há forças intrínsecas e extrínsecas que concorrem na sua constituição.

Segundo Berger & Luckmann³, o que precede o processo de institucionalização é a formação de hábitos: ações tornadas habituais passam a formar o acervo de possibilidades possíveis, frente a uma situação que demande uma ação-resposta. Em contrapartida, nesse processo, uma série de outras ações possíveis, que não se tornaram habituais e conseqüentemente não se institucionalizaram, não são consideradas por não fazerem parte desse acervo. O que primeiramente se destaca nessa definição é o trabalho de *seletividade* que age **no** e **pelo** processo de institucionalização das práticas, hábitos e normas. Então, percebemos que a instituição em sua trajetória de formação e afirmação opera seletivamente.

² COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. *Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica*. Rio de Janeiro : IBICT,UFRJ/ECO, 1997. Tese de Doutorado.

³ BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985. p.80.

Nesse trabalho, ela parece empregar procedimentos que garantam a consecução de seus objetivos, e os motivos para essa operação podem estar relacionados às práticas de “sobrevivência”, auto-afirmação, estabilidade e legitimação.

Em Mary Douglas⁴ encontramos algumas questões que nos levam a perceber como os procedimentos e motivos acima mencionados são colocados em funcionamento pela Instituição, quando a autora mostra que o pensamento individual depende das instituições. Ela insiste na tese de que, em situações de crise, as decisões não são tomadas individualmente, “uma resposta só parece estar correta quando apóia o pensamento institucional que já se encontra na mente dos indivíduos enquanto eles procuram chegar a uma decisão”.⁵ Para que isso seja viável, as instituições devem controlar sistematicamente a memória individual no sentido de “canalizar nossas percepções para formas compatíveis com as relações que elas autorizam”.⁶

Parece que além da seletividade, merece destaque também o trabalho de **controle**. Para Berger & Luckmann⁷ pelo simples fato de existirem, as instituições controlam a conduta humana. Trata-se de um controle inerente à instituição não sendo estabelecido por nenhuma lei ou regra. Foucault também trabalha com a questão do controle mostrando como ele se exerce, atualmente, sobre o indivíduo através da fixação deste último em várias instituições: escola, trabalho, religião etc.⁸

Mas a importância do controle que a instituição exerce sobre o indivíduo nos interessa na medida em que ele funciona para formar mentalidades e padrões, para autopolicar seu desenvolvimento e garantir sua estabilidade. Nesse processo está implicada a construção de

⁴ DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 1999.

⁵ Ibid., p. 18

⁶ Ibid., p. 98

⁷ BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. *A construção social ...* p.80.

⁸ FOUCAULT, M. Conferência 4. In: _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro : Nau Editora, 1996.

FOUCAULT, M. Conferência 5. In: _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro : Nau Editora, 1996,

uma **forma reconhecível**. Esta expressão utilizada por Douglas⁹ diz respeito ao trabalho de formação de uma identidade. A autora afirma que é altamente improvável que as instituições se formem e se estabeleçam sem qualquer tipo de empecilhos a partir de uma situação momentânea de interesses convergentes. Na verdade, ela nos diz que a tendência é que, muitas vezes, elas entrem em colapso antes de adquirirem a estabilidade. Esse processo de estabilização implica adquirir uma forma reconhecível que permitirá à Instituição formar tipos estáveis que podem ser identificados em diferentes épocas e circunstâncias.

O que é acionado nessa busca de manutenção de uma forma reconhecível é um processo de legitimização que procurará justificar a naturalidade de determinados papéis institucionais e determinadas identidades. Sem esse procedimento, não é possível manter uma forma identificável. Nesse sentido, segundo Douglas, a Instituição opera um controle da memória de seus membros, levando-os a esquecer experiências, fatos, eventos que não se coadunam com a imagem pretendida. “A instituição propicia as categorias dos pensamentos dos seus membros, estabelece os termos para o autoconhecimento e fixa as identidades.”¹⁰ Diante de nós apresenta-se, então, com relação à identidade institucional uma outra questão: a instituição na tarefa de garantir-se como tal, controlando, assumindo uma forma reconhecível, estabilizando-se, também confere identidade aos seus membros.

A preocupação com o processo de formação/construção identitária nos leva a considerar como pressuposto que a identidade se estabelece de forma relacional. “As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença”¹¹. Essa relação funciona para demonstrar que o “diferente” é um contraponto necessário ao estabelecimento da identidade, separando uma identidade da outra, constituindo a oposição entre **nós e eles**.

Com Foucault e seus trabalhos¹², e considerando a posição de Costa¹³, decidimos

⁹ DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Edusp, 1999.

¹⁰ Ibid. p. 116.

¹¹ Ibid., p. 39.

¹² Especificamente, A ordem do discurso, A verdade e as formas jurídicas e Arqueologia do Saber.

pensar na formação das instituições como produto de uma relação de saber-poder que tem sua condição de emergência determinada por demandas sociais específicas. Essa questão torna-se importante na medida em que nos mostra que uma instituição constitui-se em uma rede complexa de relações que se estabelecem não no "papel", mas através de uma prática habitual, fundamentada em valores e normas adotadas pelo conjunto de atores que nela atuam.

Acreditamos que o contexto institucional nos oferece uma série de produções discursivas susceptíveis de análise, materializadas através dos registros das interações ocorridas em contextos específicos, como as reuniões dos Conselhos Superiores da Instituição, e de outros tipos de documentação textual oficial. Nossa opção pelo discursivo está relacionada ao entendimento que temos acerca das funções da linguagem considerando que, para muitos, a linguagem tem como objetivo primordial a comunicação, tendo inclusive se desenvolvido em decorrência da necessidade comunicativa. Sem negar tal aspecto, outros estudiosos apontam para funções, tão ou mais importantes, que abarcam a simbolização, a representação e a cognição.

Essas opções nos mostram que a linguagem parece ser necessária ao homem tanto para comunicar quanto para pensar sua relação com o mundo e representá-la. Sapir¹⁴ propõe três funções gerais para a linguagem (o pensamento, a comunicação e a expressão das emoções) e algumas secundárias, dentre as quais merece destaque: a) a linguagem como instrumento de socialização; b) a linguagem como instrumento de transmissão da história e da acumulação cultural.

Os textos que analisamos constituem materialidades de um discurso institucional e procuramos abordá-los como práticas socialmente inseridas em contextos específicos, lembrando que "[...] os documentos são a própria materialidade do discurso, e não o signo de

¹³ Especificamente a tese *Memória Institucional...*

¹⁴ SAPIR, E. *Linguistique*. Paris: Minuit, 1968, p. 35-63. apud GIRIN, Jacques. A linguagem nas organizações: signos e símbolos. In: *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1996, vol. III, p. 30.

outra coisa, como se fosse uma matéria inerte a ser interpretada.”¹⁵ No caso, a própria intencionalidade que cerca o processo de produção documental nos servirá de indicador para algumas análises.

Muitos estudos que hoje trabalham na confluência da língua com o social creditam a Bakhtin as primeiras teorizações acerca "da interação verbal e das relações entre linguagem, sociedade e história".¹⁶ Verificamos que Bakhtin coloca a língua como um sistema imutável de regras sob a ótica da consciência individual. Ele também afirma que ela – a língua – é utilizada pelo locutor para suas necessidades enunciativas concretas. Efetivamente, o pensador russo concebe a língua como se oferecendo aos locutores em momentos de enunciação – concretização do sistema em situações de fala – que implicam "sempre um contexto ideológico preciso".¹⁷

Essas observações mostram que existe uma diferenciação necessária entre língua e discurso. A primeira apresentando-se como a base comum aos falantes, como um sistema virtual (e social) que se realiza concretamente em processos discursivos diferentes. O segundo representando a ação empreendida pelo homem ao se utilizar da base lingüística "com o propósito de exprimir seus pensamentos, de falar do mundo exterior ou de seu mundo interior, de agir sobre o mundo".¹⁸

Assim, temos, segundo Pêcheux:

- a) a base lingüística como conjunto de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas que dispõe de uma autonomia relativa, cujas leis internas que regem seu funcionamento são objeto dos estudos lingüísticos;
- b) os processos discursivos que funcionam sobre essa base, não como “expressão de um puro pensamento”, mas como consequência de relações ideológicas.

¹⁵ PORTOCARRO, Vera (org.). *Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p. 48.

¹⁶ BARROS, D.L.P. “Dialogismo, polifonia e enunciação”. In: _____. *Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, p. 1, 1999.

¹⁷ *Ibid.*, p. 95.

¹⁸ FIORIN, J.L. *Linguagem e ideologia...* p. 10-11.

Nesse sentido, as relações sintáticas podem representar "a condição formal de um efeito de sentido", como o "pré-construído" que designa "o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, e que se liga ao que é construído no enunciado."¹⁹

As observações feitas até o momento apontam para uma identidade que se constitui de forma relacional e excludente. Nesta dinâmica, é importante perceber também a questão da memória que se estabelece. É nesse sentido que nossa abordagem traz, na sua concepção, algumas preocupações relacionadas à memória/identidade e memória/documento.

Memória e identidade constituem-se mutuamente em um processo no qual a primeira fornece substrato à segunda. Basta lembrarmos como a preocupação com a memória, em alguns países ou grupos, por exemplo, é fundamental para manter a unidade, a coesão e garantir os elementos necessários à afirmação de tais países ou grupos. A memória apresenta o que fomos para melhor consolidar as nossas construções acerca do que somos.

Desta forma, a memória trabalha seletivamente arregimentando os elementos, os acontecimentos que constituirão "aquilo que fica e que vale" para aquele grupo no qual ela se constrói. Nesse sentido, ela também é objeto de disputa pelo poder e é passível de ser manipulada.

É, assim, nesta dialética entre memória e identidade 'funcionando' em uma instituição que situamos nosso trabalho. E, nessa intersecção de memória, identidade e instituição devemos considerar os aspectos que envolvem a construção de uma memória oficial.

Considerando o nosso enfoque, ao falarmos de memória, e no presente caso de uma memória oficial, estaremos também falando de esquecimento, sem tomá-lo como oposto à memória, mas sim como elemento dela constitutivo nessa trajetória de construção identitária.

"Quando observamos mais de perto a construção do passado, verificamos que o

¹⁹ PÊCHEUX, M. Semântica e discurso..., p. 99

processo tem muito pouco a ver com o passado e tudo a ver com o presente." ²⁰ Essa afirmação nos leva a pensar em um trabalho manipulativo onde o esforço revisionista procura relevar alguns eventos e acontecimentos em detrimento de outros, relegados à "lugares de sombra no qual nada pode ser visto e nenhuma pergunta pode ser feita"²¹.

Por isso, é a partir de 1999, ano em que a UNIRIO comemora 30 anos, que perguntamos sobre seu período de formação – 1969/1979 – como Federação. Importa-nos perceber quais as “cristalizações” do discurso oficial, tanto aquele da comemoração de 30 anos quanto o do período de Federação. O que fica nos textos institucionais pretende eternizar-se como “verdade” para essa Instituição que se forma, e é reflexo de uma formação ideológica que predomina na elaboração discursiva.

O que procuramos destacar é o processo de constituição mútua que afeta a Instituição e o discurso institucional onde uma memória discursiva (interdiscurso) funciona dando significação ao que é dito e onde uma memória oficial constrói-se nessa trajetória de institucionalização dando forma à FEFIEG/FEFIERJ/UNIRIO.

A relação entre identidade e memória estrutura-se com base na necessidade de continuidade e permanência para o indivíduo e o grupo. Nesta relação, estão em jogo a lembrança e o esquecimento que, articulados, funcionam para organizar/selecionar o conjunto de eventos que constitui, no presente caso, a memória oficial da Instituição.

A ênfase dada por Halbwachs ao aspecto social na construção da memória do indivíduo, nos leva a considerar como primordial o processo que faz com que “o indivíduo toma como sua as lembranças do grupo com o qual se relaciona: há um processo de apropriação de representações coletivas por parte do indivíduo em interação com outros indivíduos”.²²

²⁰ DOUGLAS, M. *Como as instituições...* p. 75.

²¹ DOUGLAS, M. *Como as instituições...* p. 75

²² SANTOS, Myrian Sepúlveda. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v.13, n. 38, out/98. Disponível em www.scielo.br. Acessado em 23/03/2001.

Pensando na trajetória institucional pudemos conceber um quadro no qual temos a identidade em construção, e, constituindo-a, a memória e o esquecimento como elementos manipulados. Devemos percebê-la como aquela instância que, realmente, possui condições de ligar aquilo que fomos e somos agora ao que seremos no futuro.²³ Garantir seu controle hoje, seletivamente ordenando o que fica e o que é esquecido, parece determinar a memória do grupo, no futuro.

Para a memória, além da seletividade podemos destacar a repetição. Conforme nos diz Candau, a persistência das lembranças comuns no interior do grupo necessita da repetição.²⁴ Dentre as estratégias de repetição de acontecimentos que precisam "ficar na memória" o rito ganha destaque. Sobre a comemoração, tanto Candau quanto Namer levantam questões que nos mostram o trabalho de "remodelagem" dos acontecimentos do passado, de tal forma que algumas "memórias" são englobadas em prol de uma memória oficialmente construída.

De um modo geral, a comemoração oficial vê-se [...] organizada de tal maneira que o passado, a memória não chegam a pôr em causa o presente. Deste ponto de vista, seria judicioso se interessar tanto pelo que uma sociedade não comemora quanto pelo que ela comemora, pois, mais uma vez, a ausência (o esquecimento) tem uma importância tão grande quanto a presença (a comemoração).²⁵

Cabe lembrar que os grupos, por menores que sejam, assim como as nações, não recordam espontânea e coletivamente.²⁶ O mesmo podemos dizer para as Instituições.

No essencial, os portadores da memória nacional a partir da chegada do capitalismo a cada país são as classes médias altas e a intelligentsia, que receberam a capa das aristocracias, dos legistas e do clero de épocas anteriores. A este nível, a memória pode ser espontânea ou manipulada; pode envolver discursos retóricos dirigidos a opositores internos ou externos; pode estar internamente dividida e ser combatida. A sua articulação, porém, pertence essencialmente às elites políticas e é relativamente raro ser contestada, ainda mais raramente com êxito.²⁷

O caráter dominante desta memória não abre espaço para outras, que, no entanto, não morrem, podendo sobreviver "marginalmente" face à oficial, esperando um momento

²³ CANDAU, Joël. *Anthropologie de la mémoire*. Paris: PUF, 1996. p. 22.

²⁴ Ibid. p. 65.

²⁵ Ibid. p. 71

²⁶ FENTRESS & WICKHAM. *Memória Social...* p. 156.

²⁷ Ibid. p. 156.

político-social propício à sua emergência.

As considerações até aqui desenvolvidas procuram mostrar o caminho que seguimos para fundamentar nossas análises e nossa noção de memória oficial, já delineada anteriormente no início deste capítulo. Assim, a manipulação, a construção e o esquecimento serão sempre considerados em nosso trabalho, ressaltando-as como estratégias articuladas na constituição não só de uma memória oficial, de uma identidade institucional, mas, também, da própria Instituição como obra coletiva.

A FORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE NO BRASIL: o contexto de nascimento da Federação

A trajetória da Instituição em foco compreende parte da história do ensino superior do Brasil, de forma que procuramos, inicialmente, mostrar como, para este nível do ensino, houve a formação de uma filosofia que lhe garantisse uma identidade e uma forma de atuação próprias, articuladas com uma longa tradição de ditames legais que procuraram ordenar seu funcionamento.

O ensino superior no Brasil demorou a tornar-se uma realidade, em virtude, principalmente, das ordens da Coroa Portuguesa. Sem uma tradição muito longínqua no tempo, pois a primeira universidade data do início do século XX, floresceram no Brasil as Instituições Isoladas de Ensino que cumpriam um papel determinado: capacitar os profissionais necessários, arquitetos, médicos, engenheiros etc. a uma nação em crescimento. Em 1920, é instituída, a partir da reunião de três Instituições, a Universidade do Rio de Janeiro futura Universidade do Brasil, que muitos consideram a primeira universidade brasileira. A formação de universidades no Brasil, a partir da união entre Institutos Isolados de Ensino, tornou-se uma tradição que pouquíssimas instituições, como a Universidade de Brasília, conseguiram quebrar.

Outro ponto de destaque neste quadro são as ações governamentais que, com uma imensa constância, orientaram os caminhos do ensino superior no país, com um ordenamento

legal que enquadrava as instituições superiores, reorientando seus procedimentos e atividades.

Podemos dizer que a estrutura universitária como esta que temos atualmente é algo muito recente no país e formou-se a partir de uma série de procedimentos governamentais que pensaram para o ensino superior inúmeros projetos sempre o mantendo subjugado aos seus interesses. Da reforma de Capanema da década de 1930, passando pela Lei 5.540 e chegando até a Lei 9394 de 1996 vão-se cerca de 60 anos de interesses externos e governamentais em embate com a intelectualidade brasileira que pensava seriamente em uma universidade calcada em uma pesquisa forte e estruturada, associada a um ensino de graduação que fosse, realmente, um espaço de reflexão. Deste período, metade foi o suficiente para a Instituição em foco neste estudo nascer, crescer e repensar seus caminhos.

FORMAÇÃO DE IMAGENS: da Federação a UNIRIO

A FEDERAÇÃO DAS ESCOLAS FEDERAIS ISOLADAS DO ESTADO DA GUANABARA – FEFIEG nasceu em 20 de agosto de 1969. Esta afirmação está relacionada tanto ao aspecto legal, por ser esta a data do Decreto 773/69 que provê sobre a sua criação, quanto aos aspectos institucionais. Antes desta data, a FEFIEG não existia como instituição, no sentido em que ela está concebida neste trabalho. Por força de um decreto, ela aproximase, considerando seu nascimento, das instituições que surgem em virtude de determinações legais.

Em 1979 a FEFIEG torna-se Universidade, a UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. Nesse período, o quadro não será aquele encontrado em 1969. Agora, há um caminho já trilhado pelas Escolas que vieram formar a Federação; uma trajetória de convivência, de relações que se estabeleceram durante dez anos.

A FEFIEG no seu início congregava 07 estabelecimentos isolados de ensino: I – A Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro; II – A Escola de Enfermagem Alfredo Pinto; III – A Escola Central de Nutrição; IV – O Curso Superior de Teatro, do Serviço Nacional de Teatro; V – O Instituto Villa-Lobos; VI – O Curso de Biblioteconomia,

da Biblioteca Nacional; VII – O Instituto Nacional do Câncer. O Instituto Nacional do Câncer integrou a FEFIEG durante um período muito breve, cerca de dois anos, sendo reintegrado ao Ministério da Saúde em 16 de novembro de 1971.

As imagens do período federativo

A estratégia adotada foi efetuar uma análise auxiliar com termos-pivôs, conforme Mainguenu²⁸, definidos em função da nossa problemática, para, então, a partir do levantamento, delinear os enunciados que se constroem em momentos precisos da trajetória institucional e que também constituem acontecimentos. O enunciado apresenta, então, quanto à sua delimitação, uma série de problemas, não sendo nosso objetivo, neste estudo, discorrer sobre eles. No entanto, questões metodológicas nos impelem a reelaborar de alguma maneira os elementos com os quais iremos trabalhar, e consideramos o enunciado para além da fronteira da frase. Considerando a natureza dos nossos documentos, sua delimitação, a partir dos sentidos produzidos em torno dos termos-pivôs, foi facilitada. Foram adotados, para as duas fases analisadas, os seguintes termos: Federação e Universidade.

Duas grandes dimensões ou áreas foram percebidas já na fase inicial de leitura de todas as atas e seleção dos enunciados: a acadêmica e a administrativa. Sem fronteiras nítidas, tais dimensões articulam-se na vida desta Instituição e, muitas vezes, vêm-se perpassadas por outros aspectos que determinam as estratégias de implantação e implementação de políticas internas de desenvolvimento em ambas as áreas. É perceptível, também, que muitas questões que surgem nesta fase revestem-se do aspecto da legalidade tecno-burocrática que marcou o período da ditadura militar.²⁹

Inicialmente, contextualizamos a Federação apontando para as peculiaridades do período no qual ela surgiu, ressaltando a importância atribuída pelo Governo do Regime Militar ao processo de Reforma Universitária de 1968. Desta forma, a Federação surge como

²⁸ MAINGUENAU, D. *Novas tendências...* p.136

²⁹ FORGET, Danielle. *Conquistas e resistências...*, p. 55.

uma Instituição típica de sua época em virtude, inclusive, de sua forma peculiar de organização que se torna viável em função da Lei 5.540/68.

As nossas análises mostraram duas imagens para este período: um nascimento “romântico” que se construiu discursivamente em fins da primeira gestão; um projeto de transformação em Universidade.

Quadro 1 – Criação da Federação como obra individual – produção de sentidos

Sujeito da ação	Ação	Complementos	
		O quê	Como
Prof. Alberto Soares de Meirelles	<ul style="list-style-type: none"> ➤ criar ➤ unificar ➤ agrupar 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ ...a partir da EMCRJ, outras Escolas órfãs e abandonadas... ➤ ... áreas tão heterogêneas... ➤ ... grupos de Escolas Isoladas... ➤ ...algumas Escolas Isoladas... 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ sem sede, sem recursos ➤ sem verbas, sem pessoal ➤ trabalho de foice

Os elementos selecionados a partir das ocorrências discursivas que configuram esta imagem de **nascimento** romântico estão relacionados no Quadro 1. Observamos que eles apontam para um único sujeito e para a expressão de sua ação através dos verbos **criar, unificar e agrupar**. O primeiro complemento refere-se ao produto expresso pela ação verbal, que no caso é a FEFIEG referenciada por intermédio de expressões que denotam uma natureza diferenciada e isolacionista para os elementos (Escolas, áreas) que a compõem. Cria-se, então, uma imagem: a do começo difícil, porém levado a cabo por um homem empreendedor, colocando a Federação como resultado de um trabalho personalíssimo.

Quadro 2 – Federação como um caminho – produção de sentidos

Documento	Enunciado
Ata da 92ª sessão CF, em 14/10/1976	Em Assuntos Gerais o Presidente falou sobre o grande discernimento e a constante preocupação que o Prof. Annibal Nogueira tem tido para com o ensino superior no País, esclarecendo que a FEFIERJ encontrará solução para a implantação dos cursos de pós-graduação. Dirigiu-se, ainda, aos estudantes, observando que a FEDERAÇÃO deixou de ser um conjunto de escolas isoladas, para se transformar numa família UNIVERSITÁRIA, solicitando que os alunos usem do diálogo franco e construtivo, numa real integração entre eles e as professores.
Ata da 112ª sessão CF, em 09/03/1978	Retomando da palavra o Sr. Presidente convidou os Conselheiros presentes para a transmissão do cargo de Presidente da FEFIERJ ao Professor G. O. F., a realizar-se no Anfiteatro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dia 13 próximo, às 20:30 horas. Iniciando a Ordem do Dia o Professor J. M. B. P. passou a palavra ao Prof. G. O. F., seu substituto e sucessor que enfatizou a não existência de uma despedida, pois o Prof. J. M. B. P. continuará prestando serviços à FEFIERJ, ajudando-o a prosseguir o que foi iniciado pelo Benemérito Prof. Alberto Soares de Meirelles e, num curto espaço de tempo, transformar a FEDERAÇÃO na Universidade que ela merece ser.

As duas ocorrências que selecionamos cobrem um período de quase dois anos e mostra que, no discurso oficial da Instituição, a idéia de transição para Universidade utiliza como base a ineficiência da estrutura federativa (=conjunto de escolas isoladas).

As duas construções são quase que contemporâneas e esta última estabelece-se e consolida-se com o enfraquecimento da imagem da Federação como instituição viável.

Os ditames externos foram apontados como diretrizes às quais a Instituição vai se conformando durante sua trajetória. As estratégias empreendidas para cumprir determinados aspectos legais para estabelecer-se como Federação, em um primeiro momento, e com vistas à transformação em Universidade, em um segundo momento, expõe uma Instituição em constante mutação, que não estabelece um perfil próprio quando Federação, e é lançada no redemoinho de adequações necessárias à mudança de *status*.

O crescimento e fortalecimento desta idéia da Federação como uma condição prévia à Universidade (gestação) e sua cristalização no espaço discursivo da Administração Superior conduzem ao crescente apagamento da importância da fase federativa na trajetória da Instituição. Tal processo opera elementos constitutivos de uma memória oficial que engloba a manipulação, articulação e seleção de eventos e acontecimentos, de forma a construir um *já-lá*, um fato instituído que não conhece sua origem, não porque esta se perdeu, mas porque como estratégia, apagou suas próprias trilhas. Assim, o que fica, o que permanece graças a tal processo é que a Federação foi um caminho e desde seu nascimento já trazia um projeto de Universidade embutido.

A Universidade Humanística

O ano de 1999 se apresentou como um marco temporal importante na trajetória da UNIRIO e seus trinta anos representam o início da fase madura desta Instituição tão recente. Se antes, de 1969 a 1979, a Instituição começa a dar seus primeiros passos e não havia um

passado a ser comemorado, agora há uma trajetória própria que pode ser instituída, manipulada e reconstruída.

Deste período, as análises viram emergir a imagem de Universidade Humanística que começou a consolidar-se como projeto de forma projetiva alguns anos antes, em documentos oficiais. A associação ao humanismo pode ser vista como a estruturação de uma *forma reconhecível* por intermédio da construção de uma imagem de Universidade Humanística (educação humanística). No entanto, ela (a imagem) deve estar alicerçada em ações que garantam não somente a sua construção como a sua perenidade.

É emblemática a defesa deste projeto por parte da gestão de 1999, como podemos ver no discurso de entrega do título de doutor *honoris causa* ao Professor Adib Jatene.

Documento	Enunciado
305ª sessão do CONSUNI conjunta à 196ª sessão do CEPE em 11/11/1999	[...] O Magnífico Reitor fez a entrega do Diploma ao Professor Doutor Adib Jatene. [...] O Magnífico Reitor Professor Hans Dohmann acreditava que depois das palavras do Professor Adib Jatene, não tinha mais nada a acrescentar, pois falavam a mesma língua, e não foi à toa que a UNIRIO introduziu em seu Estatuto a palavra Humanista, que era exatamente isso que todos queremos que aconteça na nossa Instituição. [...]

Há, aqui, uma afirmação explícita do projeto de Universidade Humanística para a UNIRIO. E, na verdade, ela não poderia vir em outra circunstância. Como nos diz Maingueneau, todo ato de fala “é inseparável de uma instituição” que garante a eficácia de sua ação e a legitimidade de sua realização. Nesse caso, temos como locutor (L) do enunciado – o agente da atividade lingüística - a pessoa do Reitor, marcando sua posição e a posição da Instituição.

Aqui, a representação que ele tem de seu papel e de sua posição é explicitada pela tomada da palavra, ao final do discurso do convidado, afirmando que *nada mais havia a acrescentar* e que *ambos falavam a mesma língua*. Somente no papel de Reitor e Presidente lhe caberia a palavra final. Além disso, somente nestes papéis é que poderia “substancializar” a Instituição, tornando-a sujeito de uma ação: *não foi à toa que a UNIRIO introduziu em seu Estatuto a palavra HUMANISTA*.

O conectivo e surge reforçando a argumentação, para introduzir o que seria a

concretização de um projeto: “...e não foi à toa que a UNIRIO introduziu em seu Estatuto a palavra HUMANISTA. A introdução do termo no Estatuto não é para ser letra morta e sim uma vontade se assumir esta condição. Ou seja, acrescentar o termo humanista no Estatuto da Instituição, associar à UNIRIO a idéia de humanismo se apresenta como uma estratégia – ou uma das - para que ela se torne humanista.

A negativa tem relevância nesta produção de sentidos, pois segundo Perelman ela funciona para referenciar outra coisa que está em relação com o que é negado: a negação é uma reação a uma afirmação real ou virtual de outrem.³⁰

Teríamos então algo mais do que o reforço a uma idéia. A negativa parece registrar a existência de uma oposição ao projeto que se está querendo implantar, negando o que seria a sua irrelevância – **não é à toa = é com razão; justifica-se;** ou, indo mais além, **não se trata de um projeto oportunista**. Para se ter uma idéia da força dessa negativa, do jogo que ela movimenta, vejamos, como seria a possibilidade de expressar a idéia por meio de uma afirmativa:

... pois falavam a mesma língua, e foi por isso que a UNIRIO introduziu em seu Estatuto a palavra HUMANISMO...

O projeto não é de ninguém pois é de todos; de toda comunidade acadêmica.

³⁰ PERELMAN, C. *Tratado da argumentação*. São Paulo : Martins Fontes, 2000. p. 175.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como nos referimos inicialmente, o que entendemos como memória institucional tem por base o trabalho de Costa³¹ que nos mostra como a Instituição, como processo, articula diferentes estruturas para equilibrar, em sua trajetória, a padronização – garantia de continuidade/repetição de práticas e hábitos – e a criatividade – forma de garantir a marca de sua diferença; sem estas, periga sua existência. Em ambos o caso a memória estabelece estratégias diferenciadas para, no primeiro caso, garantir a identidade e, no segundo caso, permitir a erupção do novo.

A Instituição por nós analisada traz marcas discursivas que apontam a construção de uma memória oficial na qual determinados elementos são agenciados para dar significado a uma trajetória relativamente recente. Comemorar 30 anos e lançar seu nascimento em 1969, significa mais do que admitir sua origem federativa. Implica adquirir uma maturidade que este quantitativo fornece; admitir em 1979 houve somente uma mudança de *status*; adotar as tradições anteriores.

Em um documento elaborado pela UNI-RIO, em 1995, há uma introdução que parece trazer à baila uma tensão entre o que chamamos imagem pretendida e forças endógenas atuantes.

A UNI-RIO, quando de sua fundação, passou a congregiar Escolar Federais Isoladas, muito tradicionais, sendo algumas delas as mais antigas do país. Posteriormente, implantou novos cursos de Graduação de Pedagogia, Ciências Biológicas e Direito. A resultante desta heterogeneidade foi que a universidade não possuía um perfil próprio que perpassasse por todos os cursos.³²

Tal afirmação vai ser utilizada para justificar a elaboração de um Projeto Pedagógico para o Ensino de Graduação cujas metas estabelecidas no Documento Final de abril de 1995 contêm "as ações que o grupo participante considerou que deveriam ser desenvolvidas objetivando aproximar a 'universidade diagnosticada' da 'universidade que queremos".³³

³¹ COSTA, Icléia...

³² UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO/PROPD. *Relatório de Atividades 1995*. p. 08

³³ *Idem*, p. 5

O que percebemos é que mesmo o discurso oficial nos mostra que há uma heterogeneidade herdada pela instituição universitária da instituição federativa. A união de entidades isoladas com trajetórias antigas não deve ter se operado sem adequações; na verdade, podemos considerar que tais ajustes ainda estão em processo.

Procuramos apontar, principalmente, a idéia de Universidade Humanística como uma tentativa de projeto identitário institucional, sem que, no entanto, tenha realizado de forma auspiciosa o equilíbrio entre a tradição (heterogeneidade marcada=universidade diagnosticada) e o novo (perfil próprio=universidade que queremos).

REFERÊNCIAS

- BARROS, D.L.P. “Dialogismo, polifonia e enunciação”. In: _____. **Dialogismo, Polifonia e Intertextualidade**. São Paulo: EDUSP, p. 1, 1999.
- BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CANDAU, Joël. **Anthropologie de la mémoire**. Paris: PUF, 1996.
- COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória Institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. Rio de Janeiro : IBICT,UFRJ/ECO, 1997. Tese de Doutorado.
- DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 1999.
- FENTRESS & WICKHAM. **Memória Social**. Lisboa: Teorema, 1994.
- FIORIN, J.L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, Série Princípios, 2000.
- FORGET, Danielle. **Conquistas e resistências do poder** . São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1994.
- FOUCAULT, M. Conferência 4. In: _____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro : Nau Editora, 1996.
- FOUCAULT, M. Conferência 5. In: _____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro : Nau Editora, 1996,
- MAINGUENAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, S.P.: Pontes, Editora da UNICAMP, 1997.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1997.
- PERELMAN,C. **Tratado da argumentação**. São Paulo : Martins Fontes, 2000.
- PORTOCARRO, Vera (org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências I**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994. p. 48.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v.13, n. 38, out/98. Disponível em www.scielo.br. Acessado em 23/03/2001.
- SAPIR, E. Linguistique. Paris: Minuit, 1968, p. 35-63. apud GIRIN, Jacques. A linguagem nas organizações: signos e símbolos. In: **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996, vol. III, p. 30.
- UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO/PROPD. **Relatório de Atividades 1995**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1995.